

O DISCURSO SOBRE A TRADUÇÃO NA LITERATURA PORTUGUESA
(Classicismo e Romantismo) – Antologia

Título: O DISCURSO SOBRE A TRADUÇÃO NA LITERATURA PORTUGUESA
(Classicismo e Romantismo) – Antologia

Autor: JORGE BASTOS DA SILVA

Capa: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

Fotografia da capa: seleção do autor

Edição: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP) e Edições Afrontamento

Concepção Gráfica: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

N.º de edição: 1647

Colecção: Estudos da Literatura Comparada, 12

ISBN: 978-972-36-1419-0

Depósito Legal: 390647/15

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

© Autor, Edições Afrontamento e Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP)

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do PEST-OE/ELT/2013

Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
comercial@edicoesafrontamento.pt

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP)
www.ilcml.com

O Discurso sobre a Tradução na Literatura Portuguesa (Classicismo e Romantismo) – Antologia

Seleccção, introdução e notas de
Jorge Bastos da Silva

*À memória do meu Avô
Norberto,
entusiasta do esperanto,
que deu início a toda esta história
de escrever livros
– e de os traduzir.*

Índice

[Dos textos assinalados com * neste índice são reproduzidos apenas excertos.]

Introdução	9
Parte I – Criação e imitação	
1. Luís António Verney, <i>Verdadeiro Metodo de Estudar</i> (1746)*	23
2. Pedro António Correia Garção, «Dissertação Terceira» (1757)	31
3. Cândido Lusitano (Francisco José Freire), «Discurso Preliminar do Traductor» à <i>Arte Poetica</i> de Horácio (1758)*	37
4. Cândido Lusitano (Francisco José Freire), «Dissertação do Traductor» à <i>Athalia</i> de Jean Racine (1762)*	49
5. Custódio José de Oliveira, «Prefação» ao <i>Tratado do Sublime</i> do pseudo-Longino (1771)	55
6. Francisco Rolland, «Aviso do Editor» à <i>Arte Poetica</i> de Horácio (1778)	61
7. José Amaro da Silva, «Prefácio do Traductor» a <i>A Morte de Abel</i> de Salomon Geßner (1785)	65
8. Francisco Rolland, «Prologo do Editor» ao <i>Paraiso Perdido</i> de John Milton (1789)	67
9. Frei Fortunato de São Boaventura, «Prologo» a <i>Quadro da Infame Conducta de Napoleão Bonaparte</i> (1808)	71
10. António José de Lima Leitão, «Prefácio do Traductor» à <i>Andrómaca</i> de Jean Racine (1817)	73
11. Francisco Bento Maria Targini, «Prologo do Traductor» ao <i>Ensaio sobre o Homem</i> de Alexander Pope (1819)	77
12. [Francisco Luís de Gouveia Pimenta e Inácio António da Fonseca Benevides], <i>Projecto de uma Sociedade Traductora, e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir, e de Encadernar</i> (1821)	85
13. Almeida Garrett, «Carta» aposta a <i>Catão</i> (1822)	89
14. Pedro Ciríaco da Silva, «Duas Palavras sobre a Traducção» de <i>As Ruínas, ou Meditação sobre as Revoluções dos Imperios</i> de Constantin François de Chassebœuf, conde de Volney (1822)	103
15. Francisco Bento Maria Targini, «Prologo do Traductor» a <i>O Paraiso Perdido</i> de John Milton (1823)	107

Parte II – Rigor e vernaculidade

16. Francisco Freire de Carvalho, «Epístola» (1829)	119
17. João Oliveira de Carvalho, «Prefácio do Traductor» ao <i>Ensáio sôbre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Govêrno Civil</i> de John Locke (1833)	121
18. António José de Lima Leitão, «Dedicatória» e «Prefácio do Traductor» a <i>A Estante do Côro</i> de Nicholas Boileau (1834)	125
19. Alexandre Herculano, «Gallicismos» (1837)	131
20. Luís Augusto Rebelo da Silva, «Han d’Islandia» (1841)	135
21. José Maria da Costa e Silva, «Traducção da Eneida pelo Sr. Barreto Feio» (1848)	139
22. António Feliciano de Castilho, «Prologo do Traductor» a <i>Os Amores</i> de Ovídio (1858)	143
23. José Feliciano de Castilho, <i>Grinalda Ovidiana</i> (1858)*	153
24. José Maria de Andrade Ferreira, «Antonio Feliciano de Castilho» (1860)*	157
25. Camilo Castelo Branco, «Advertencia do Traductor» ao <i>Diccionario Universal de Educação e Ensino</i> de Émile-Mathieu Campagne (1873)	165
26. José Maria Latino Coelho, <i>Elogio Historico de José Bonifacio de Andrada e Silva</i> (1877)*	167
27. Camilo Castelo Branco, <i>Esbôço de Critica. Othello, o Mouro de Veneza, de William Shakespeare</i> (1886)*	171

Parte III – A questão do Fausto

28. António Feliciano de Castilho, «Advertencia» ao <i>Fausto</i> de Johann Wolfgang von Goethe (1872)	187
29. Joaquim de Vasconcelos, <i>O Fausto de Castilho Julgado pelo Elogio-Mutuo</i> (1873)* [inclui artigos de Camilo Castelo Branco, Manuel Pinheiro Chagas e Antero de Quental]	195
30. José Gomes Monteiro, <i>Os Criticos do Fausto do Snr. Visconde de Castilho</i> (1873)*	203
Registo biográfico dos autores antologiadados	221

Introdução

Disto nos devemos muito acautelar; ou havemos de expressar o sentido do author, quando não, melhor será abandonar o trabalho, como inutil; pois que traduzir não é mais, do que transmittir o sentido e pensamento com aquella energia, de que era capaz a lingua, em que foi escripto: é dizer, como disse o author no tempo, em que escreveo; em fim é uma lueta do estilo e rivalidade de genio. Convém pois vesti-lo com as mesmas roupas, e nunca desmenti-lo nas palavras; e por isso nos persuadimos, que a traducção quanto mais litteral for, será mais fiel; porque nesta melhor se retrata; e quando paraphrase, ou parodia se altera a sua phisionomia, dizendo-se além do sentido.

Observações Critico-Analyticas sobre as duas Traducções do Poema de Lucrecio Da Natureza das Cousas, feitas pelos Srs. Ferraz, e Lima Leitão. Por um Transtagano, Lisboa, Na Typ. de José Baptista Morando, 1852, p. 10.

«Vertido em lingoagem»: traduzir, entre Verney e Camilo

Numa carta-posfácio apenas ao seu drama *Catão*, em 1822, Almeida Garrett afadiga-se numa profissão de originalidade por demais fastidiosa, empregando-se a demonstrar que a obra pouco deve na letra a um drama de Addison com tema semelhante, ainda que se tenha «aproveit[ado] d’alguns pensamentos felizes, e sublimes» (ver texto 13 *infra*). Em inícios de carreira literária, o jovem Garrett quer evitar a todo o transe que o acusem de plágio ou, não sabemos se pior, de se contentar em traduzir.

Sofrendo quase sempre de estatuto secundário face aos produtos originais da literatura e dos saberes, a tradução houve de apresentar-se, de explicitar os

seus preceitos orientadores, de assumir os seus limites, de argumentar, enfim, o seu direito de cidade no cômputo das práticas intelectuais. Tradutores, editores, prefaciadores, escoliastas, apologetas, recenseadores, em várias qualidades e lugares textuais se encarregaram os autores portugueses da defesa e justificação das obras trasladadas e do exercício de as verter, alegando utilidade social e moral, relevância científica e prática, ou mais simplesmente apontando a posição dos escritos no cânone das Letras e do pensamento, ora a remeter para heranças exemplares que era imperativo não perder de vista, ora a propor leituras capazes de actualizar as referências estabelecidas. De passo, exprimiram e confrontaram-se com receios que se prendiam com a estrangeirização da cultura autóctone, com a bastardização da língua pátria, com o estiolar de um viço propriamente nacional ao compasso das modas importadas, até, nas perspectivas mais conservadoras, com a desmoralização do viver, que bastas vezes se associou a uma pernicioso permeabilidade ao que era novo e estranho. E, todavia, como muitos reconheciam, era também dessa novidade e desse estranhamento de si que a cultura portuguesa necessitava como contributos essenciais para a sua ilustração.

A presente antologia visa facilitar o contacto do leitor coevo com esses enunciados polémicos, críticos e teóricos, no que concerne aos períodos do Classicismo e do Romantismo. Presta especial atenção ao campo da literatura, sem contudo a ele se circunscrever, quer porque o confinamento à esfera do literário empobreceria as abordagens que se procura potenciar, quer porque a eventual delimitação da cultura literária a géneros como a epopeia e a tragédia, isolando-a de formas mais directas de intervenção cívica e excluindo outras dimensões das Humanidades, constituiria um seu estreitamento anacrónico.

A antologia organiza-se em duas partes maiores, que, sem pretenderem corresponder estritamente a Classicismo e Romantismo, não lhes são totalmente alheias, quer conceptual, quer periodologicamente, antes sugerem grandes vectores que se entende descreverem arcos críticos de especial pertinência. A primeira parte é regida pelo título «Criação e imitação», que reenvia de forma mais imediata a um contexto como o das academias setecentistas, cujo cerne tende a definir-se por uma relação emulativa com os Antigos. À segunda parte dão o mote os conceitos de «Rigor e vernaculidade», que reflectem a forte preocupação oitocentista – mas obviamente legada por momentos anteriores – com a pureza do idioma e, em grau crescente, com a exactidão e fidelidade dos traslados. Uma terceira parte, de incidência sincrónica, detém-se na controvérsia desencadeada pela publicação em 1872 do *Faust* de Goethe em versão portuguesa

de António Feliciano de Castilho, uma acesa batalha crítica e porventura o episódio mais expressivo de uma viragem, se não na história da tradução entre nós, pois não é de crer que o seu impacto tenha chegado a tanto, ao menos em alguns modos de encarar a tradução.

Sucedem com frequência um livro ser filho de outro livro. O leitor familiarizado com uma obra que publicámos recentemente, intitulada *Tradução e Cultura Literária*,¹ encontrará nesta antologia a oportunidade de conhecer mais distendidamente diversos textos ali comentados, que neste volume se recolhem na íntegra ou mais substancialmente, vendo-os agora inseridos numa selecção mais vasta. O leitor colocado perante o presente livro, feito de documentos primários acompanhados de muito breves notas, encontra na obra precedente um conjunto de estudos históricos e críticos que, sobretudo no que respeita ao século de Oitocentos, enquadram e aprofundam muitas das problemáticas implicadas nos textos aqui seleccionados, fornecendo ainda especificações bibliográficas importantes.

Algumas hipóteses de leitura

Que informações podem ser retiradas dos textos compilados neste volume? Que factos, que preconceitos, que convicções e aspirações documentam? Como podem / devem eles ser lidos? Na sequência das considerações expendidas acima, ensaiemos algumas aproximações.

O princípio da utilidade ideológica das leituras ocupa um lugar central entre os valores associados à circulação e ao consumo de objectos culturais. Com *nuanças*, prevalece em todo o longo período representado nesta antologia. O desvelo em justificar uma tradução pelas qualidades morais do texto é recorrente. Numa primeira fase, até à Revolução de 1820, o argumentário do proveito moral destinar-se-á a persuadir, e porventura a iludir, a censura. Verificada nessa circunstância a abolição dos mecanismos censórios do Estado e da Igreja, continuada no seu sentido libertador e modernizador por subsequentes desenvolvimentos na vida social e política do País, pode supor-se que esse cuidado justificativo passa a relacionar-se com a percepção de que o objecto impresso é facultado a um público

¹ Cf. Jorge Bastos da Silva, *Tradução e Cultura Literária. Ensaios sobre a Presença de Autores Estrangeiros em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2014.

cada vez mais amplo, que carece de leituras didáticas e morigeradoras. Ao mesmo tempo, esse cuidado satisfaz o preceito teórico, consagrado por Horácio, da dupla função da poesia (quer dizer, das Letras em geral), de não apenas deleitar mas também instruir (*prodesse et delectare*), que os autores do Classicismo perfilham e que o Romantismo não deixa cair no esquecimento.

Um exemplo desse cuidado localiza-se no prólogo de Francisco Rolland à sua edição do *Paradise Lost* e do *Paradise Regained* de Milton (texto 8), onde salienta o efeito edificante – e nomeadamente de instrução para a conformidade – que têm para as massas os textos traduzidos. As suas afirmações são tanto mais significativas quanto Rolland escreve no ano da Revolução Francesa e traz ao público português um autor comprometido com um regime político nascido de uma rebelião e consolidado mediante um regicídio. Trata-se, de resto, de um documento onde o editor se reclama da iniciativa de compor a obra «com muitas Notas Historicas, Mythologicas, e Geograficas, e as Observações de Mr. Addison», afigurando-se o tradutor, José Amaro da Silva, como um subordinado, pouco mais do que um simples executante do plano concebido pelo empresário. O prólogo é, assim, revelador das relações de poder e dependência que podiam vingar na indústria do livro, ensinando-nos que quem tinha a palavra decisiva na intervenção cultural podia ser quem punha o seu nome no lugar mais discreto do frontispício. É certo, porém, que, neste ponto como noutros, não convém generalizar. A matéria prefacial de Francisco Bento Maria Targini na sua miltoniana, em 1823 (texto 15), veicula uma ideia bem diferente: a de que o tradutor, que era figura endinheirada e havia usufruído de posição de alto destaque e influência, é de facto o seu próprio editor, e de que a figura do editor, neste caso particular, parece ficar reduzida à condição – meramente técnica, instrumental – de impressor.

Sobre a história do livro nos elucida também um tanto o *Projecto de uma Sociedade Traductora, e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir, e de Encadernar* (texto 11), com que avançou em 1821 um conjunto de cidadãos progressistas, evidentemente entusiasmados com as possibilidades de construção de uma ordem social nova após a instauração do nosso primeiro Liberalismo. A proposta denota as dificuldades de encontrar bons recursos materiais e técnicos, e até o saber-fazer officinal adequado para a feitura de um bom livro: a letra, o papel, a encadernação. Por outro lado, reflecte uma preferência pela assinatura como forma de contrato entre os editores e um público cuja mesma fidelidade é tida por sintoma do seu empenho no progresso da nação. Mas, desde logo pelo facto

de prever editar só volumes encadernados, o que está longe de ser comum ao longo da época que nos interessa, onde a regra é a brochura que o leitor pode eventualmente mandar encadernar a gosto, o projecto denuncia também um espírito incorrigivelmente elitista, que é contraditório, em última análise, e que talvez ajude a compreender a aparente falência da pretendida Sociedade ainda antes de ela se constituir formalmente.

Em todos os casos mencionados e em numerosos análogos, tradutores e editores sublinham que nos trabalhos vindos a lume opera um judicioso sentido de escolha. Prefácios, advertências e prólogos oferecem discursos elogiosos dos textos e autores vertidos. Dissertando desse modo acerca das suas qualidades, e bastas vezes acerca do acolhimento e do prestígio que granjearam nos seus próprios países, tais panegíricos, sobre informarem e contribuírem para a hermenêutica das obras, sustentam a própria decisão de as traduzir. Ao assentarem sobre um argumento de canonicidade, contudo, também colocam acrescidas dificuldades ao tradutor, pois sobem a fasquia da exigência, obrigando-o a estar à altura dos méritos dos originais; ou então servem para desculpá-lo por antecipação, desresponsabilizam-no do atrevimento, tão extraordinário é o desafio.

Não raro, ainda que nem sempre, o merecimento atribuído a um dado escritor manifesta-se no número de vezes que ele é traduzido e nas modulações translatórias e editoriais com que a sua obra é trazida ao público. Gerações sucessivas entenderam dever importar Milton para o contexto da cultura portuguesa. Como referimos, o seu poema épico maior foi traduzido por José Amaro da Silva em 1789 e por F. B. M. Targini em 1823; sê-lo-ia ainda por António José de Lima Leitão em 1840. Em todas as versões, é notório o esmero posto no fornecimento de aparatos críticos de tomo, aliás destinados, em muitos passos, a mitigar – dir-se-ia até que a exorcizar – as delicadas questões suscitadas por certos aspectos da biografia política do autor e do conteúdo espiritual da sua poesia. O elevado estatuto canónico da epopeia miltoniana confirma-se, de modo singularmente palpável, na luxuosa reedição que teve em 1884 o texto de Lima Leitão, surgindo nessa data adornado com ilustrações de Gustave Doré. Essas gravuras como que tomavam aí o lugar do retrato do autor incluído na edição de 1840 – a par de um retrato do próprio tradutor, aspecto que não é de somenos.

Não obstante ser oriunda de quadrantes históricos, linguísticos e culturais bem distintos, a obra de Ovídio coloca problemas similares aos irmãos António e José Feliciano de Castilho, que durante uma estadia no Brasil se consorciavam –

como terá ocorrido não poucas vezes, julgamos – para produzir uma edição dos *Amores* em português, vinda a lume como consumação de intenções antigas em 1858 (textos 22 e 23). A poesia ovidiana exprime uma licenciosidade que causa embaraço e que, na dupla tarefa de transpor e de enquadrar por meio do comentário crítico, requer o seu quanto-baste de decoro. Sobre estes problemas se debruça também José Maria de Andrade Ferreira, num ensaio dedicado a Castilho, com data de 1860, dando-os por bem resolvidos num trabalho de valor «incalculavel», «um modelo de fidelidade» em que «o pensamento foi sempre respeitado, e apenas velado de ligeiras e diaphanas roupagens, quando a decencia o exigia» (texto 24).

A inconveniência, não tanto de certo lastro biográfico ou ideológico, como em Milton, mas de quebras de bom gosto e de decência, como em Ovídio, determina também certos hábitos arraigados – de paráfrase, eufemismo e reticência, ou, se quisermos, de abusos – que se evidenciam na abordagem da obra de Shakespeare. A isto alude Camilo, em tom de reprovação, no *Esbôço de Critica* de 1886 (texto 27), em que defende a tradução de *Othello* assinada pelo rei D. Luís I, encarecendo-o por, à semelhança do dramaturgo isabelino, «não [pôr] na lingua a folha de vide». No entendimento da vigilância censória que (não) cabe ao tradutor, Camilo e D. Luís contrapõem-se aos Castilho e a Andrade Ferreira.

Como deixámos demonstrado em estudo anterior, um dos motivos apontados para essas liberdades tomadas com a dramaturgia shakespeariana prende-se com a sua suposta inadequação ao carácter da nação portuguesa.² A tradução, com efeito, e bem assim, em grau proeminente, o discurso crítico e apologético que ela convoca, situam-se na encruzilhada do nacional com o estrangeiro. Assim, além de mediadores, são poderosos catalisadores de debates em torno dos traços que distinguem a comunidade à qual se dirigem – da qual são, em última instância, porta-vozes. E são, concomitantemente, agentes – diríamos que agentes maiores – da construção do edifício da *literatura nacional*, no plano dos conceitos definidores, da sanção crítica e da hierarquização canónica. Não é por acaso que Camilo, naquele mesmo opúsculo, refere a edição da *Bristo* de Ferreira, em excertos expurgados, da responsabilidade de Júlio de Castilho. Ao exame da tradução de um clássico estrangeiro como é Shakespeare assiste o

² Sobre a tese da especificidade étnico-cultural do autor britânico, cf. Jorge Bastos da Silva, *Shakespeare no Romantismo Português. Factos, Problemas, Interpretações*, Porto, Campo das Letras, 2005, por exemplo as pp. 25-29 e 141-144, relativas a Garrett e a Luís Augusto Rebelo da Silva.

enjoy de discutir também o modo como é preservado, ou porventura truncado, o património das Letras lusas.

A identidade nacional, porém, se é expedita a providenciar álibis azados, como no caso das versões de Shakespeare, não é inamovível. Autores há que promovem ou praticam a tradução com o desiderato explícito de mudar o modo de ser nacional, ou pelo menos a condição da pátria e das Letras. Essa intervenção pode ter um sentido progressista. São disso exemplos os subscritores do *Projecto de uma Sociedade Traductora*, espécie de vanguarda cívica e cultural, e ainda João Oliveira de Carvalho, que em 1833, a partir do exílio britânico, se posiciona contra o absolutismo, traduzindo o segundo dos *Two Treatises of Government* de Locke e com esse trabalho reclamando-se de «fazer hum grande serviço constitucional» (texto 17). Mas à intervenção pode, pelo contrário, subjazer um intento reformador de sinal regressivo, como sucede com Castilho, que, a propósito das suas traduções de Ovídio, recomenda aos poetas coetâneos um «assentar de mão com a poesia classica». E assim também Cândido Lusitano traduz em 1762 a *Athalie* de Racine «[p]ara instrucção daquelles, que não sabem as leys do Theatro» (texto 4). Participando na constituição de um sentido do que é nacional, a tradução e o discurso sobre o traduzir participam igualmente na elaboração de um sentido do que é (boa) literatura.

O estatuto pessoal dos tradutores mais afortunados – e os pronunciamentos mais reivindicativos, quando lhes falta reconhecimento – não são indiferentes para estas imbricações. Torna-se pouco vulgar a humildade de José Amaro da Silva, que no prefácio da sua versão de *Der Tod Abels* de Geßner, em 1785, se dirige ao «leitor benevolo» desculpando-se da «insuficiencia» e do «arrojo» com que empreendeu a tradução (texto 7), antes vimos cada vez mais a encontrar a ironia e a altivez, e com estas o convencimento da valia do serviço prestado. Não se coíbe Targini de recorrer ao sarcasmo, «respond[endo] as argucias dos [s]eus contrarios» no aparato crítico da tradução do poema de Pope *An Essay on Man* que publicou em 1819 (texto 11), ora proclamando olímpicamente que «as suas intrigas e astucias não me roubam a paz interna inseparavel de huma consciencia sem remorsos e de huma recta forma de pensar», ora sustentando ser o serviço às Letras um prolongamento natural dos seus cargos de Estado, ora alardeando o convívio com diversíssimas fontes numa ostentosa carga de notas eruditas. Dedicando a obra a D. João VI, aliás, Targini é bem enfático quanto a uma benevolência que sugere estender-se do poema de Pope ao seu próprio e ambicioso «plano de composição»:

Para gravar pois no animo dos meus semelhantes ou consocios os solidos principios de toda a Sciencia Moral não podia escolher hum autor mais sabio e benemerito do que Alexandre Pope, nem huma obra mais propria do que o seu Ensaio sobre o Homem, pelo metro, pela forma, pela energia, e pela materia. Mas não se limitou a minha idea ou plano de composição a inculcar-lhes taõsómente a Lição daquelle famoso Mestre e insigne Poeta, o meu designio teve por objecto secundario dar-lhes huma copiosa e exacta instrucção da Poesia Ingleza, cujo conhecimento hé ainda assás raro entre nós, augmentando a doutrina e as elegancias com os sabios exemplos dos maiores Escriutores antigos e modernos analogos a hum e outro objecto. Por complemento desta empresa sacrifiquei os únicos momentos de descanso á mais prolixa e sublime tarefa das Musas. (ed. cit., Vol. I, pp. xvi-xvii)

Outras estratégias convergem para auferir prestígio ao labor dos tradutores. Prefácios e textos afins dão eloquente testemunho da internacionalização da nossa elite, que, por exemplo nos casos de Cândido Lusitano e de Lima Leitão, como no de Targini, se apresenta documentada com referências literárias e outras, de vários tempos e nacionalidades. Certos frontispícios capitalizam a favor da tradução e das traduções a condição social, política e/ou profissional dos tradutores. Rolland presta homenagem à figura de Francisco José Freire, nas reedições póstumas da versão da *Epistola ad Pisones* horaciana elaborada por aquele, em 1778 e 1784 (texto 6). Lima Leitão escreve os prefácios das suas traduções da *Andromaque* de Racine e de *Le Lutrín* de Boileau – em 1817 e 1834, respectivamente – como quem já tem créditos firmados (textos 10 e 18). É evidente o destaque gráfico que leva em 1873 a assinatura de Camilo no final do prefácio apostado ao *Dictionnaire Universel d'Éducation et d'Enseignement* de Campagne, onde, como intelectual prudente e abalizado, assume que não apenas traduziu mas adaptou, acrescentou e até cortou os «lanços que [lhe] pareceram impertinentes» (texto 25).

Onde os seus conhecimentos são modestos, Camilo tem o escrúpulo de se auxiliar de colaboradores que se encontram mais adestrados. Também outros tradutores deixam claro não se terem poupado à preparação dos respectivos trabalhos. Na proliferação de referências a comentadores e, sobretudo, talvez, a outros tradutores, mormente estrangeiros, percebe-se o aturado do estudo, e com ele adivinha-se a tentativa de auto-entronização dos tradutores, conscientes de que a tradução tem ela própria o seu cânone, os seus eleitos. Já em 1758 se posiciona Cândido Lusitano nesse panorama, recenseando com meridiana clareza as virtudes e os deméritos de italianos, franceses e espanhóis no muito informado «Discurso» com que preludia a sua versão da *Ars Poetica* de Horácio (texto 3). De

outra parte, é-nos permitido entrever as ferramentas da oficina. Na advertência castilhana ao *Fausto* (texto 28), como que temos mesmo um retrato da mesa de trabalho, com as várias edições da tragédia de Goethe abertas lado a lado. É o tradutor mostrando-se na própria materialidade do seu mister, na intimidade da sua casa e daqueles que concorreram para a obra.

Como é sabido, a candura de Castilho, mais do que livrá-lo, expô-lo a acerbas críticas, cujo alcance ultrapassou em muito a órbita da tradução. A esta manteve-se atento durante décadas – e, além de atento, activo –, enquanto lavrara afanosamente nos terrenos da vernaculidade, como jornalista, crítico, pedagogo... É em coerência com esse zelo que, na sua ovidiana, exorta a que se encare a tradução, não como labuta a cumprir por aqueles a quem a necessidade impele e apressa, mas por quem, munido das requisitas capacidades, se lhe dedica ciente de que por meio dela se irmanam e partilham benefícios e dignidades o tradutor e o traduzido – ressaltando, de passagem, a grande diferença de estatura que aparta dos clássicos latinos a voga dos romances franceses contemporâneos de que se vê inundado o mercado português:

Esqueçamo-nos do cardume das violações brutales, e inauditas sevicias, perpetradas por ignorantes e famintos contra quantos romances produz a França inexaurível, e confessaremos que o trasladar exmerado e primoroso não só não invalida grandes reputações, si não que, fazendo hombrar o moderno com o antigo, e confundindo-os n'um mesmo esplendor, reparte por entre ambos a gloria.

Como produz Castilho um «trasladar exmerado e primoroso» de *Faust* sem saber alemão? A advertência é rica em explicações. Começa por parafrasear uma versão feita pelo seu irmão José Feliciano, ela própria já muito dependente da versão feita por um amigo germânico para fins caseiros. É António a assumir-se como revisor, como corrector, que retraduz «mais achegada e conchegadamente á indole portugueza», obedecendo ainda e sempre à paixão pela vernaculidade. Refere-se, assim, a uma «lucta fraternal entre o *Fausto* portuguez improvisado e o *Fausto* portuguez reconsiderado e reconstruido de fraze a fraze e de palavra a palavra». A «reconsideração» e a «reconstrução» são figuras interessantes, por inusitadas no vocabulário da época. Depois, ainda com José Feliciano a coadjuvá-lo, coteja as várias versões disponíveis e procura «as maximas probabilidades de certeza». Porque António não domina o alemão de todo e José Feliciano não sabe alemão que chegue, o raciocínio só pode ser probabilístico, isto é, pouco mais do que divinatório.

Castilho não se jacta exactamente de traduzir sem conhecer as línguas; pretende, isso sim, ter traduzido de línguas que desconhece, dotando-se de instrumentos que confia suprirem essa incompetência, e envaidece-se de lhe ser reconhecido sucesso nesses tentames. A atitude, porém, anda muito perto de uma impertinência, de uma autocondescendência a custo tolerável, que não deixa de revelar um certo estado de coisas, na época, relativamente às exigências da tradução.

Críticos da estirpe de um F. Adolfo Coelho e de um Joaquim de Vasconcelos não estavam dispostos a perdoar a Castilho uma postura tão presunçosa e displicente (texto 29). Travada com aspereza, a polémica que se abriu, em que um germanófilo mais velho, José Gomes Monteiro, saiu à liça para defender o poeta d'A *Noite do Castello* (texto 30), opôs a sobrançeria de uma geração ao desassombro de outra, que – para evocarmos um panfleto de Adolfo Coelho, de 1873 – clamava por *Sciencia e Probidade*. Na «Questão do *Fausto*», enfrentaram-se o amadorismo e a filologia; digladiaram-se os contendores pelo título de maior conhecedor da língua alemã e mais perfeito leitor dos comentaristas; assomou como nunca antes a crítica prática da tradução, a análise detalhada das dificuldades e das soluções concretas; afiou-se a distinção entre traduzir com rigor o que é exógeno e reinventar, nativizar ou domesticar; enquanto os remoques mais ou menos acintosos se distribuíam por todos.

A Castilho, como vimos, importava a justiça de ver dignificado o papel dos bons tradutores. Joaquim de Vasconcelos e aqueles que com ele enfileiraram insurgiram-se contra o septuagenário também em nome de uma exigência crítica capaz de sustentar essa dignificação. Mas Castilho não se penitenciaria. Faltando-lhe o domínio do inglês, veio a publicar em 1874 uma versão de *A Midsummer Night's Dream*, depositando também ele o seu óbolo no altar de Shakespeare, e desse modo contribuiu com a sua quota-parte para a tortuosa história da recepção do isabelino no Portugal do século XIX.

Critérios de elaboração da antologia

Na escolha dos textos antologiadados, foi tida em consideração a proeminência – por demais reconhecida ou susceptível de ser demonstrada – de certos autores, problemas e casos de estudo, à luz da historiografia literária e do estádio em que se encontra o conhecimento histórico da tradução em Portugal. Deste modo, a

presença de alguns textos deriva de uma espécie de inevitabilidade (casos de Garçon, Cândido Lusitano, Targini, A. F. Castilho, Camilo...), enquanto outros se oferecem como exemplos do tratamento dado a questões recorrentes numa determinada conjuntura de ideias, sendo, por isso, intermutáveis com documentos não seleccionados.

Por outro lado, e na medida em que tal se mostrou praticável, tomou-se preferência pela transcrição de textos na íntegra, em vez de excertos. Com essa opção pretendeu-se evidenciar o modo como o debate em torno da tradução – ou de traduções concretas – é parte integrante dos juízos e pressupostos acerca da literatura, de uma maneira particular, surgindo com frequência articulado, também, com a moral, a política, a educação, etc. Pretendeu-se, de igual modo, permitir ao leitor o confronto com a materialidade do discurso, com as variações e até as inconsistências (quanto a ortografia, por exemplo, e ressaltando a hipótese de lapsos tipográficos) que, por vezes, se encontram entre textos de um mesmo autor ou se detectam, até, num único texto.

Para apurar a lição, recorreu-se à primeira edição impressa de cada documento, com indicação sumária da existência de reedições no período relevante (apenas o ensaio de Andrade Ferreira foi colhido da sua reimpressão em livro, por impossibilidade de aceder à revista onde veio a lume originalmente). Excepto em casos de especial pertinência, todavia, não se cuidou de rastrear as variantes.

Os textos são reproduzidos de acordo com os seguintes critérios:

- apresentam-se transcritos no respeito pela ortografia e pela pontuação originais, com as seguintes excepções: (1) substituição do j longo por um s corrente; (2) uniformização do formato das aspas; (3) supressão de aspas ao longo da margem esquerda, em casos de citações com mais de uma linha;
- tanto quanto possível, foram preservadas as particularidades tipográficas dos originais, mantendo-se, nomeadamente, as distinções de estilos. Contudo, no caso do «Discurso Preliminar» de Cândido Lusitano à *Arte Poetica* de Horácio, as rubricas marginais foram elididas, por razões de conveniência gráfica;
- foram introduzidas as emendas preconizadas em erratas;
- foi normalizada a numeração das notas de rodapé;
- tendo em conta a instabilidade ortográfica, não apenas do português, mas também de outros idiomas presentes na antologia, ao longo do período coberto por esta, optou-se por um uso muito económico da indicação [sic];

– foi adoptado um método de anotação minimalista, observando o princípio de que numa antologia os textos devem falar por si. Prescindiu-se de apurar se certas alegações dos autores em matéria de facto eram exactas ou não (tarefa de extrema complexidade, que se prende, entre outros aspectos, com a evolução do conhecimento histórico, e que extravasaria dos limites e dos objectivos deste trabalho). Tratou-se de identificar fontes e de esclarecer citações apenas quando estas, assumindo mais do que uma mera função ilustrativa, contribuíam substantivamente para o argumentário dos textos. As notas de nossa responsabilidade – com excepção da primeira nota aposta a cada texto, assinalada por meio de um asterisco, que é obviamente nossa – encontram-se identificadas por meio da referência [JBS].